



## LUTAS E RESISTÊNCIAS NO USO DO TERRITÓRIO PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM APODI/RN

Katson Fernandes

---

### Resumo

O Brasil vivencia em seus territórios uma diversidade de situações em relação à agricultura, existindo casos de vasto crescimento de empresas agrícolas que fazem o uso da terra, não somente para a obtenção do lucro, mas também existem populações que vêm a terra, como um espaço de produção, mas também de vida. Estas duas dimensões têm causado conflitos em alguns territórios brasileiros. Este artigo, traçou como objetivo apresentar este conflito no município de Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Metodologicamente realizamos uma pesquisa qualitativa, alicerçada em um estudo de caso, que foram utilizados como instrumentos de pesquisa, as realizações de entrevistas semiestruturadas com produtores rurais organizados na Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi/RN - COOAFAP, e com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi-STTR. Como resultados desta pesquisa, concluímos que o rural de Apodi apresenta conflitos socioambientais, que pautam a defesa de modos de produção que estejam preocupados com a preservação do meio ambiente e consequentemente das vidas daquela localidade.

**Palavras-chaves:** agricultura; conflito socioambiental; modos de produção.

### STRUGGLES AND RESISTANCE IN THE USE OF TERRITORY BY AGRICULTURE IN APODI / RN

### Abstract

Brazil experiences in its territories a diversity of situations in relation to agriculture, with cases of vast growth of agricultural companies that make use of the land, only to obtain profit, but there are also populations that come to the land, as a space of production, but also of life. These two dimensions have caused conflicts in some Brazilian territories.

This article outlined the objective of presenting this conflict in the municipality of Apodi, located in the state of Rio Grande do Norte. Methodologically, we carried out a qualitative research, based on a case study, which were used as research instruments, to conduct semi-structured interviews with rural producers organized in the Cooperative of Family Agriculture in Apodi / RN - COOAFAP, and with a representative of the Union of Rural Workers of Apodi-STTR. As a result of this research, we conclude that the rural of Apodi presents socioenvironmental conflicts, which guide the defense of modes of production that are concerned with the preservation of the environment and consequently of the lives of that location.

**Keywords:** agriculture; socio-environmental conflict; modes of production.

## INTRODUÇÃO

As discussões explanadas neste artigo estão alicerçadas em uma marca do rural de Apodi, que são os dois principais modos de uso do território. O primeiro deles se dá pela agricultura familiar e agroecologia, e o segundo, pelas empresas predominantemente da fruticultura irrigada, em que cada uma carrega consigo atuações distintas em relação ao uso e cuidado da terra; cada uma delas apresentando intenções diferentes para com a terra. Nosso objetivo aqui foi o de perceber os usos do território pela agricultura em Apodi.

O território é um conceito que navega de maneira interdisciplinar e auxilia na compreensão de muitas realidades. Um dos estudiosos da sociedade brasileira, o geógrafo Milton Santos, nos fornece uma reflexão acerca do uso do território:

Ora, e aí entramos no assunto, nos dias de hoje não há pacto social que não seja também um pacto territorial. Nos dias de hoje e também nos dias de ontem, mas muito mais nos dias de hoje do que nos dias de ontem. O que é que faz uma sociedade, num país dado, para sobreviver e para enfrentar o futuro que se faz através de certo uso do território. O que se faz através de certo uso do território pelo que chamamos a sociedade, a economia e a política<sup>1</sup> (SANTOS, 2011, p. 7).

Reconhecendo esta aplicabilidade da compreensão do uso do território, que resulta em discussões que contribuem para a formação da sociedade, buscamos realizar esta pesquisa para apresentar parte de uma conjuntura, que se repete em algumas outras regiões

---

<sup>1</sup>O texto apresentado é fruto da conferência “Geografia e planejamento: o uso do território – geopolítica”, proferida no dia 16 de junho de 1980, no auditório da reitoria da Universidade de Brasília.

do Brasil, e que também estão inseridas em conflitos, que envolvem as dimensões tanto social, como econômica, ambiental e política.

Diante deste cenário, metodologicamente desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, realizada no âmbito do município de Apodi, realizando um estudo de caso, com produtores e produtoras da agricultura familiar, que fazem parte da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi – COOAFAP. Como instrumentos de pesquisa foram realizadas 4 entrevistas semiestruturadas, sendo três com agricultores familiares, e uma delas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Apodi – STTR.

## **O USO DO TERRITÓRIO E A REFORMA AGRÁRIA EM APODI**

Percebemos que o uso do território é central para compreender determinados fenômenos sociais presentes nas mais diferentes situações, seja no contexto global, seja no contexto local, podemos perceber o uso do território. Em muitas partes do rural brasileiro, temos essa discussão a respeito do uso do território agrícola.

Temos um país com alto índice de concentração fundiária, em um processo histórico que data desde o período colonial. Ao nos direcionarmos para o rural, uma das maiores problemáticas incluídas na questão agrária influencia diretamente no uso do território, seja ele pela população que vive da agricultura familiar, seja por aqueles que ocupam o território para instalar as extensas monoculturas nos territórios rurais brasileiros. Para a classe trabalhadora, a reforma agrária é fundamental para a equidade no uso do território rural, ou até mesmo uma revolução agrária, sendo está um ato com mais impactos na vida da classe trabalhadora. Ariovaldo Umbelino de Oliveira faz uma distinção entre os dois conceitos. De acordo com ele:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Percebemos que a reforma agrária, nessa concepção, é algo que parte de forma vertical enquanto política pública, mas que de uma forma ou de outra pode gerar resultados

no uso do território. Diante desse conceito, Ariovaldo Oliveira apresenta uma diferença conceitual entre reforma agrária e revolução agrária:

Parte-se, portanto nesta interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária. A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Vemos que a revolução agrária é algo que requer transformações mais amplas, inclusive, acompanhadas de projetos societários. Nos espaços visitados, e nos relatos dos trabalhadores entrevistados no campo desta pesquisa, não notamos a ousadia de uma revolução agrária. As reflexões estão mais próximas da necessidade de uma reforma agrária.

Nessa perspectiva de ocupação do território rural de Apodi, resultado de política pública, temos um número significativo de projetos de reforma agrária, apresentando um total de 15 assentamentos rurais (Tabela 02):

Tabela 2: Número de assentamentos rurais em Apodi/RN

<b>PROJETO DE ASSENTAMENTO</b>	<b>NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS</b>
Soledade	34
Aurora da Serra	57
Vila Nova	10
Frei Damião	39
Paraíso	26
Milagre	26
Canto de Varas	14
São Manoel	28
Sítio de Góis	58
Moacir Lucena	20
Lage do Meio	23
Tabuleiro Grande	59
Portal da Chapada	45
Caiçara	52
	<b>Total: 491</b>

Fonte: INCRA, 2017

Esse é um número relevante de assentamentos que não supre a necessidade na totalidade, porém, demonstra um rural que, em algum momento, foi beneficiado com políticas visando à reforma agrária. Ações como essas contribuem para que tenhamos um

território em atividade, somando o acesso a outras políticas públicas para permanência desse assentado, o que gera resultados positivos para a produção da agricultura familiar.

## **AGRICULTURA FAMILIAR EM MEIO AO CONFLITO**

Nos diálogos oriundos das entrevistas, percebemos que, em Apodi, há uma população que sente prazer em viver no campo e produzir no modo da agricultura familiar. Percebemos tal questão no discurso deste entrevistado que reside em umas das comunidades rurais de Apodi:

Então, sobre a conjuntura da agricultura familiar aqui no Município, o Município de Apodi é um Município essencialmente agrícola, mas não é uma agricultura do agronegócio, a marca é o campesinato aqui, porque a agricultura familiar também às vezes se enquadra como agronegócio. Mas aqui a relação do camponês em cuidar da terra, de se preocupar com a produção agroecológica, de ter uma diversidade em seu quintal, não ter grandes lotes de terra, a conjuntura e assim, um pertencimento muito grande, você sente nas pessoas a vontade de viver no campo, de produzir seu alimento, de vender um pouco do excedente, o pessoal gosta de viver no campo pela qualidade de vida (ENTREVISTADO 01, 2020).

As palavras desse sujeito diante do conflito entre agricultura familiar e o agronegócio<sup>2</sup> abre outra reflexão conceitual que emana desse campo do conhecimento, que é o campesinato. De acordo com Wanderley:

No Brasil, como a maioria dos países, a “teimosia” dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo eliminasse esta “classe de bárbaros”, levou os pesquisadores a se questionar sobre a natureza econômica e social do campesinato, tal como se reproduz nos diversos contextos atuais das sociedades modernas (WANDERLEY, 2009, p. 13).

Percebemos uma forte presença de um modo de vida camponês e comungamos da concepção de Woortmann (1990, p. 16) de que “A trajetória camponesa não é, contudo, linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstituir a tradição”. Mesmo diante de um avanço na sociedade moderna, que também alcança as populações rurais, percebemos

---

<sup>2</sup> Quando colocamos agronegócio, estamos nos referindo às práticas comerciais no rural que são realizadas por grandes empresas do ramo agrícola.

que existe um movimento de reconstrução do modo de vida camponês, mas que ele vive e marca o campo brasileiro. Não concordando com a perspectiva da decomposição, de Lenine:

Segundo esta análise, as novas condições sociais de reprodução da agricultura no Brasil teriam transformado de tal modo o perfil dos agricultores, que não teria mais sentido se estudar “camponeses” ou “pequenos agricultores”, categorias extintas com o progresso da sociedade (WANDERLEY, 2009, p. 13).

Essa perspectiva não se aplica ao rural de Apodi, pois ainda vemos modos de vida que apresentam características do campesinato e, como apresentou o sujeito entrevistado, essas características da população rural de Apodi são uma marca autêntica, sendo de fácil percepção ver que as pessoas sentem prazer em viver no rural e construir sua história naquele lugar.

Do outro lado, ao mesmo tempo em que esse modo de produção permanece, surge um modo de produção que vê a terra tão somente como geração de lucro, e é nesse cenário que se cria um conflito social nos espaços da agricultura. Segundo Alexandre (1999, p. 82), “tipos de conflitos sociais que expressam lutas entre interesses opostos que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum”. Considerando que o sujeito camponês, agricultor familiar, possui um modo de vida totalmente distinto da atuação de uma empresa agrícola, isso acaba estando imerso nessa disputa.

Dessa forma, percebemos a existência de um conflito socioambiental que envolve além das questões relacionadas ao social, pois temos muito forte a sua fundamentação nas relações do homem com o meio ambiente. Como afirma Pinto (2018, p. 99):

Diante desse contexto, torna-se legítimo acrescentar também a dimensão ambiental, haja vista que esse conflito reflete uma disputa entre dois modelos de produção agrícola. A agricultura familiar que prioriza o cultivo policultor de forma sustentável e o agronegócio que se baseia na produção de monoculturas de *commodities*, através da utilização de insumos agrícolas e agrotóxicos, causando diversos problemas aos recursos naturais e à vida humana.

Nesse trecho, percebemos o cenário dicotômico em que Apodi está inserido. Apesar de ambos os modos serem agricultura, as intenções em relação à terra são antagônicas. Porém, até este ano de 2020, ambos os modos de produção permanecem desenvolvendo-se, existindo um processo de enfrentamento em defesa de causas sociais e também em defesa do meio ambiente, a exemplo do Aquífero Jandaíra. Percebemos uma preocupação dos

entrevistados sobre esse assunto: “Assim, a agrícola, ela p’ra nós até agora, não está muito prejudicando, não. Mas p’ra um futuro, talvez nosso poço tenha secado, de água boa, né? Porque eles furam muitos poços profundos” (ENTREVISTADA 03, 2019). Partindo dessas ameaças ao território prejudicando o meio ambiente, a terra, água e o ar nos mais diferentes tipos de atuação, é que os trabalhadores da agricultura familiar partem para a luta e resistência:

No decorrer dos acontecimentos, do fortalecimento das horizontalidades e da soma de atores que resistem à investida do agronegócio na Chapada do Apodi, o Comitê Popular das Águas CE-RN promoveu no dia 27/07/2016 a marcha pelo aquífero Jandaíra que reunia agricultores, ONGs e sociedade dos dois Estados para denunciar e levar o debate sobre o uso sem limites das águas do aquífero a comunidade (CARVALHO, 2017 p. 92).

Percebemos nesse ato uma unidade na luta pela Chapada do Apodi, de forma mais específica, em defesa do Aquífero Jandaíra.

Figura 9: Marcha em Defesa do Aquífero Jandaíra, Apodi/RN, 2016



Fonte: STTR, 2016

Esta foi somente umas das mobilizações representadas pela Figura 09, realizada pelos agricultores na cidade de Apodi. No interior desse conflito, também foram realizadas lutas e debates contra o projeto de instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz, localizado na Chapada, ao qual os (as) agricultores e agricultoras apelidam de “Projeto da Morte” em virtude dos danos causados ao meio ambiente, bem como aos projetos de assentamentos instalados há décadas na Chapada do Apodi.

Portanto, ao olharmos para o território rural de Apodi, percebemos forças sociais

antagônicas com intenções e interesses distintos, e um deles tem, ao longo do tempo, construído lutas para que seu modo de vida, aquele da agricultura familiar, campesinato, permaneça, considerando que existe uma história de vida e produção a ser preservada. Além disso, é preciso cuidar do meio ambiente para que as gerações futuras tenham a oportunidade de viver em um rural que ofereça uma diversidade de condições para se ter uma qualidade de vida.

## **ORGANIZAÇÃO POPULAR E MEIO AMBIENTE NO RURAL APODIENSE**

Realizarmos reflexões acerca da organização popular, que consideramos ser um dos passos que mais contribui para a formação de instituições coletivas. Como exemplo, podemos citar as cooperativas, que têm sua origem predominantemente na organização popular. Somado a isso, é importante destacar também um símbolo da organização da classe trabalhadora, os movimentos sociais que, mesmo não sendo uma instituição, do ponto de vista jurídico, contribuem para que tenhamos as instituições representativas. Diante desse cenário de organização, buscamos compreender organizações populares que atuam nas causas ambientais em Apodi, em sua maioria em defesa da agricultura familiar, da agroecologia e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Em uma reflexão mais ampla, temos motivações que levam a se construírem movimentos sociais com diferentes bandeiras de luta. De acordo com Gohn (2012, p. 20):

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito a dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc; são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1988 *apud* GOHN, 2012, p. 20).

Frente a motivações para que os sujeitos agissem coletivamente, a nível geral em todo o mundo e também no Brasil, uma outra concepção aproxima mais nossas discussões em relação à organização popular em Apodi, no caso, a compreensão de movimento socioterritorial desenvolvida por Nelson Rodrigo Pedon. Para ele, “o movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora,

tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas” (PEDON, 2009, p. 183). São essas populações que lutam por suas demandas. Percebemos uma aproximação com esse entendimento, quando se pensa um projeto na proporção do Perímetro Irrigado de Santa Cruz, em Apodi, e se excluem as populações de trabalhadores rurais que lidam com a agricultura familiar e agroecologia, que também ocupam esse território.

No cenário da luta política, o rural ganhou destaque com suas organizações que pautaram demandas de nível nacional e local, ocupando assim uma certa centralidade nas lutas sociais e, conseqüentemente, na organização popular. Concordamos com Pacheco e Baumann (2006, p. 291-292) quando afirmam:

A Figura política que se reproduziu no Nordeste, no Rio Grande do Norte e, por semelhança, em Apodi, era sobre o campo, a estrutura fundiária e a luta pela terra serem as possíveis explicações da realidade. Isto é, as causas da problemática social estavam no meio rural.

Compreendemos que o rural, à medida que é um ponto principal das causas da problemática social, passa a ter uma importância relevante para a organização popular. Apodi, que até hoje ainda apresenta um rural muito articulado para a organização da classe trabalhadora, desempenhou um papel muito importante na construção de diversas entidades coletivas, com associações e cooperativas:

A criação de entidades coletivas emergiu pela importância de ser um instrumento para melhorar as condições de vida da população, ou seja, grupos entendidos como sujeitos coletivos que forjavam uma identidade para formular suas demandas sobre questões diversas que vão da educação, saúde até as **melhores condições para produção da agricultura**. De um modo geral, a expansão desses grupos sociais deu-se em grande parte em Apodi pela influência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PACHECO; BAUMANN, 2006, p. 291-292. Grifo nosso).

A organização popular tem como consequência a formação de entidades coletivas, podendo ser representativas de alguma categoria, ou mesmo de atuação para melhorar as condições de vida de determinada população. No caso da cidade de Apodi, uma entidade tem um papel muito forte na organização da população rural, vale saber, o sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STTR. Desde sua fundação no início da

década de 1960,<sup>3</sup> essa instituição vem contribuindo para que a população rural de Apodi organize-se em entidades coletivas.

Em Apodi, o sindicato ainda vem desempenhando um importante papel em prol da agricultura familiar. Inclusive, nosso objeto de estudo, a COOAFAP, surgiu no interior do STTR, como podemos comprovar no trecho dessa entrevista, com o representante do sindicato, 34 anos, agricultor, residente na zona rural do município, com formação acadêmica, ocupando cargo na diretoria da entidade:

Então, cooperativa p'ra gente é um sonho, também assim, nós do sindicato, inclusive COOAFAP, que é seu objeto de estudo, ela surgiu dentro do sindicato, uma ideia dos trabalhadores, agricultores que fazem parte, da direção, que fazia parte da direção do sindicato, fazia parte de associações, então a gente sempre... A política do sindicato, a gente que faz parte do movimento de associação também, é que nós temos que estar organizados em cooperativa, inclusive para superar alguns gargalos. Esta história da comercialização é um principal porque hoje, por exemplo, o desafio da gente tem do outro lado o agronegócio que cria mitos contrários a agricultura familiar, contra o campesinato, e o grande desafio nosso, da agricultura familiar, é mostrar que nós temos produção e temos geração de renda. A cooperativa hoje faz isso, de buscar mercado, dar visibilidade, dos agricultores se organizarem e ver o que é positivo e o que é negativo, nos desafios e perspectivas que podem avançar (ENTREVISTADO 01, 2020).

Esse papel desempenhado pelo sindicato foi ratificado em pesquisas anteriores. Santos (2018, p. 62), por exemplo, afirma: “Nossa pesquisa de campo nos sugeriu forte organização política dos camponeses de Apodi: cada comunidade conta com uma associação e o conjunto das associações compõem o sindicato [...]”. Sobre o conflito socioambiental na Chapada do Apodi, Pinto (2019, p. 60) conclui que “No grupo de influência direta nesse conflito estão inseridos: agricultoras/es familiares camponesas/es do Município de Apodi, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi [...]”. Ainda sobre a atuação do sindicato, frente a um processo de resistência, Carvalho (2017, p. 83) apresenta:

O conceito de resistência a um modelo de desenvolvimento que não atendia o modo de produção agroecológica construído ao longo de décadas na Chapada do Apodi começa a ganhar força, tornando-se uma bandeira defendida pelos agricultores, movimentos sociais, ONGs, **Sindicato**, que se somam aos agricultores no processo de resistência (grifo nosso).

---

<sup>3</sup> O dia 30 de novembro de 1963 é a data da fundação, mas somente em 8 de dezembro é que foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de pedido de investidura sindical, como Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura do Município de Apodi/RN (PACHECO; BAUMANN, 2006, p. 296).

Frente a esse processo de luta, vemos a importante função desempenhada pelo sindicato, tanto em relação à organização popular para a formação de entidades coletivas, a associações e cooperativas, como também pela vanguarda em lutas que, além de defender um modo de vida baseado no campesinato, soma a isto a defesa do meio ambiente, considerando que o modelo de produção praticado pelas grandes empresas causa danos ambientais.

Segundo a pesquisadora Raquel Rigotto, baseada em dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH:

As regiões de expansão dos monocultivos do agronegócio têm apresentado também problemas graves de contaminação ambiental das águas subterrâneas, como são os casos dos Aquíferos Guarani e Jandaíra – este nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte (Cogerh, 2009) (RIGOTTO, 2014, p. 05).

Tal constatação nos leva a confirmar que o avanço do agronegócio, através das extensas monoculturas na Chapada do Apodi, do lado do Ceará<sup>4</sup>, que aos poucos vem instalando-se no território rural de Apodi, no Rio Grande do Norte, é uma ameaça ao meio ambiente, principalmente por ser um potencial poluidor da maior riqueza de recursos naturais de Apodi: a água do aquífero Jandaíra.

Estudo realizado pelo DNOCS, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos Municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte, assevera, ainda, que o uso dos agrotóxicos nas monoculturas prejudica o meio ambiente. De acordo com o referido relatório:

[...] o uso indiscriminado de agrotóxicos tem resultado em problemas ambientais graves, exigindo um controle rigoroso na sua aplicação. Os pesticidas, aplicados nas culturas, podem alcançar o solo, podendo aí permanecer por muito tempo, e serem carregados para os corpos d'água (BRASIL, DNOCS, 2009, p. 99).

Diante desses estudos, vemos que Apodi pode ser cenário de mudanças no meio ambiente, não de forma exclusiva, mas terá o rural e suas respectivas populações como

---

<sup>4</sup> Para ter acesso a diversas pesquisas sobre os impactos do agronegócio na Chapada do Apodi do lado do Ceará, o site do Núcleo Tramas oferece uma diversidade de pesquisas com acesso público. Endereço eletrônico: <<http://www.tramas.ufc.br/>>.

principais atingidas, tendo em vista que essas empresas irão instalar-se na zona rural do Município. No entanto, em caso de dano ao meio ambiente, toda a cidade e até a região serão afetadas.

É diante desse cenário que a organização popular dos trabalhadores e trabalhadoras rurais realizou algumas mobilizações, conforme Figura 08, contra a instalação do Perímetro Irrigado de Santa Cruz, em Apodi, tendo como um dos seus principais objetivos defender a preservação dos recursos naturais de Apodi: solo, água e ar. Ao mesmo tempo, as mobilizações pautavam sobre a valorização de um modo de produção que já se desenvolve nesse território há bastante tempo, tendo uma atenção especial de cuidado com o meio ambiente.

Figura 14: Manifestação contra o Perímetro Irrigado de Santa Cruz, Apodi, 2012



Fonte: CPT, 2012.

Portanto, concluímos que, em relação à organização popular, as populações rurais de Apodi têm se colocado como protagonistas em diferentes momentos da história das lutas pela agricultura familiar e em defesa do meio ambiente, assim como outras que venham a atingir direta ou indiretamente os direitos desses povos. Ao término dos resultados obtidos neste capítulo, faz-se necessário apresentar os resultados alcançados ao se pensar no desenvolvimento sustentável no Município de Apodi.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões realizadas durante esta pesquisa, concluímos que a população rural de Apodi, enfrentam diariamente desafios referentes a seu modo de vida enquanto

agricultor ou agricultora familiar, considerando a presença de modos de produção que ameaçam o território das famílias que produzem através da agricultura, porém mantem a diversidade e o cuidado com o meio ambiente.

Percebemos que o rural de Apodi, é forte no que diz respeito a lutas e resistências, entidades coletivas a exemplo do sindicato dos trabalhadores (as) rurais, assim como os produtores da COOAFAP, tem juntado forças para realizar mobilizações em defesas dos recursos naturais de Apodi, a exemplo da terra fértil e da água de boa qualidade, ambas ameaçadas pelos grades plantios de monoculturas que instalam-se na Chapada do Apodi.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. Atores e conflitos sócio-ambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis-SC. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Ed. UFSC, n.26, p. 81-114, out. de 1999.

BRASIL. DNOCS. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**, referentes à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos Municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Acquatoool Consultoria, 2009.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi/RN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) –Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PACHECO, C. B.; BAUMANN, J.C. **Apodi: um Olhar Em Sua Biodiversidade**. Natal: Copyright, 2006.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese\\_pedon.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf) . Acesso em 08/01/2020.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. **O conflito socioambiental na Chapada do Apodi/RN: uma disputa entre agronegócio e a agricultura familiar.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Centro de Biociência. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2018.

RIGOTTO, Maria Raquel. **Agrotóxico.** Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-RIGOTTO\\_Raquel\\_-\\_Agrotoxicos.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-RIGOTTO_Raquel_-_Agrotoxicos.pdf). Acesso em 08/01/2020.

SANTOS, Milton. Geografia e planejamento: o uso do território – Geopolítica. **Revista Eletrônica Tempo - Técnica – Território**, v.2, n.2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15414/13712>. Acesso em 07/01/2020.

SANTOS, Raul Nogueira. **Verdade, poder e discurso: o “projeto da morte” de santa cruz do Apodi/RN.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

---

### Informações sobre o autor:

Katson Fernandes

Licenciado em Educação do Campo - Habilitação em Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade Federal Rural do Semiárido -UFERSA. Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Professor efetivo da rede estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

E-mail: [ktsonitau@hotmail.com](mailto:ktsonitau@hotmail.com)

Artigo recebido em 05/06/2020 e aceito em 01/01/2021